

## **BOLETIM 382**

**Brasília, 4 de julho de 2017**

# Calendário da reforma trabalhista será definido nesta terça no Senado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), deve definir nesta terça-feira (4) o calendário de votação da reforma trabalhista no Plenário. O governo tem pressa: quer evitar que a tramitação se arraste para depois do recesso parlamentar. A oposição tenta adiar a decisão final sobre o PLC 38/2017 para a próxima semana.

O Plenário vota nesta terça um requerimento de urgência para a reforma trabalhista. Se o pedido for aprovado, o PLC 38/2017 entra na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária. O senador Jorge Viana (PT-AC) defende que, durante esta semana, o tema seja apenas debatido pelos parlamentares no Plenário. O encaminhamento e a votação ficariam para o dia 12 de julho.

— Podemos até concordar de aprovar a urgência, mas o bom senso pede que essa matéria seja votada só na semana que vem. O presidente Eunício Oliveira até agora não assumiu compromisso nenhum. Nós da oposição estamos fazendo um apelo para que ele nos ajude a ter um mínimo de entendimento — afirmou Viana.

A resposta ao apelo pode sair após uma reunião de líderes, prevista para as 14h30 desta terça-feira. O líder do Governo e relator da



reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Romero Jucá (PMDB-RR), até concorda com o adiamento da decisão. Desde que ela não passe da próxima semana, a última antes do recesso parlamentar.

A aposta da oposição para tentar barrar a reforma trabalhista é que Michel Temer perca apoio parlamentar ao longo dos próximos dias. A Câmara analisa um pedido de abertura de inquérito contra o presidente da República pelo crime de corrupção passiva.

— O governo a cada dia vive uma agonia. Uma semana, dez dias fazem muita diferença no humor do Congresso e no quórum de votação. Semana que vem ninguém sabe qual será o comportamento: quem vai estar com Temer, quem vai estar contra Temer. Só sabemos que não vai estar como está hoje — afirma Jorge Viana.

O líder do Governo evita falar sobre números. Mas afirma que o PLC 38/2017 será aprovado no Senado, mesmo com a estratégia da oposição.

A reforma trabalhista já passou por três comissões do Senado. Dos 52 senadores que votaram durante a tramitação, 31 declararam voto a favor do texto que veio da Câmara. Houve

20 votos contra a proposta e uma abstenção. O Senado tem 81 parlamentares.

No plenário, o governo vai defender a votação do parecer da CAE do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Já a oposição e seus aliados defenderão o parecer do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado na CAS.

*Fonte: Agência Senado*

## Ministro do TST compara reforma trabalhista a "servidão voluntária"

A reforma trabalhista vai retirar direitos dos empregados “com uma sagacidade sem par”, porque será em um processo gradual. A avaliação é do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Mauricio Godinho Delgado (*foto*). Em sessão de debate sobre a reforma no Senado, o ministro fez forte discurso contra a mudança na legislação, chegando a comparar o novo contrato de jornada intermitente à “servidão voluntária”.

“Com todo respeito, a reforma retira muitos direitos, mas com uma inteligência, com uma sagacidade sem par”, afirmou. “Os direitos poderão ser retirados no dia a dia da relação de emprego”, completou Delgado. O ministro do TST dá como exemplo o trecho do projeto que estabelece que benefícios como ajuda de custo, auxílio alimentação, abonos e diárias para viagens não são parte do salário. “Ao fazer isso, tecnicamente, a reforma já está rebaixando o ganho econômico do trabalhador, sem contar que está rebaixando também a arrecadação do Estado”, enfatizou.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado. Publicado no Jornal Grande Bahia. Com. Br

Para o ministro, a reforma rebaixa o patamar civilizatório mínimo alcançado pela legislação brasileira. “A jornada intermitente é um contrato de servidão voluntária. O indivíduo simples fica à disposição, na verdade, o seu tempo inteiro ao aguardo de três dias de convocação”, avaliou. O contrato de jornada intermitente, previsto na reforma, permitirá que o funcionário só trabalhará e receberá, caso a empresa o convoque com três dias de antecedência.

O ministro explicou também que esse tipo de contrato não possibilitará que o trabalhador possa ter crédito bancário, “porque o salário dele é absolutamente desconhecido, nem o empregador sabe, nem ele saberá”.

Outra crítica de Delgado é a regra que prevê que os custos de um processo trabalhista serão divididos entre empresa e funcionário. Se o empregado ganhar seis de dez temas, por exemplo, terá de arcar com os custos do empregador nos outros quatro. “Ingressar com ação trabalhista, se aprovada essa fórmula, torna-se um risco terrível para o pobre. Só falta isto: o pobre ainda correr risco de sair com um passivo trabalhista às avessas”, afirmou.

*Fonte: Jusbrasil*





## Paulo Paim: reforma trabalhista é 'indefensável'

Em pronunciamento nesta segunda-feira (3) senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a reforma trabalhista não pode ser votada esta semana no plenário se o Regimento do Senado for respeitado. O governo quer que a proposta seja aprovada antes do início do recesso parlamentar, em 18 de julho.

Para o senador, é muito triste e decepcionante ouvir de alguns parlamentares que as mudanças nas normas trabalhistas não vão causar perdas de direitos dos trabalhadores.

Segundo Paim, mesmo senadores da base de apoio ao governo admitem que a proposta tem questões inadmissíveis:

*Fonte: Agência Senado*

## Temer não tem "certeza absoluta" da rejeição de denúncia na Câmara

O presidente Michel Temer afirmou que tem “quase certeza absoluta” que a denúncia feita contra ele pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, não será aceita pelo plenário da Câmara dos Deputados.

“Eu tenho confiança [na base do governo no congresso]. Estou muito obediente ao Congresso. Tenho esperança, quase certeza absoluta, de que teremos sucesso na Câmara”,

disse o presidente em entrevista à rádio BandNews, no dia de ontem (3).

Temer afirmou ainda que a denúncia apresentada por Janot é “inepta” e que está “animadíssimo” com os resultados do desempenho da indústria, conforme divulgados (3) pela CNI.

O presidente encerrou a entrevista afirmando que o Brasil não está parado e que o governo tem certeza do que está fazendo. “O Brasil não para. Continua e temos certeza do que estamos fazendo, no plano governamental e no plano ético e moral”.

**Denúncia** - No último dia 26, o procurador-geral da República denunciou o presidente Michel Temer ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo crime de corrupção passiva. A acusação está baseada nas investigações iniciadas a partir do acordo de delação premiada da JBS. A denúncia contra o presidente da República só pode ser analisada pelo STF após a autorização da Câmara.

Antes de ir ao plenário da Câmara, a denúncia será apreciada na CCJ da Casa. O presidente da CCJ, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), afirmou que deverá indicar o relator nesta terça-feira (4). A defesa de Temer deve apresentar defesa à CCJ nesta semana.

Concluída a fase na CCJ, o parecer será lido no plenário da Câmara. Para que a Câmara autorize a investigação contra o presidente Michel Temer são necessários os votos de, no mínimo, 342 deputados favoráveis à autorização, o que representa dois terços dos 513 deputados. Se esse número for atendido, o STF está autorizado a aceitar a denúncia. Caso não se atinja os dois terços, a tramitação é interrompida enquanto ele estiver no exercício do mandato.

*Fonte: Agência Brasil*

## Ex-ministro Geddel Vieira Lima é preso pela PF

Agentes da Polícia Federal (PF) prenderam nesta segunda-feira (3), na Bahia, o ex-ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima **(foto)**. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), o político baiano estaria tentando obstruir a investigação de supostas irregularidades na liberação de recursos da Caixa Econômica Federal.

A prisão preventiva foi pedida pela PF e pelos integrantes da Força-Tarefa da Operação Greenfield, a partir de informações fornecidas em depoimentos do doleiro Lúcio Bolonha Funaro, do empresário Joesley Batista e do diretor jurídico do grupo J&F, Francisco de Assis e Silva, sendo os dois últimos em acordo de colaboração premiada.

Em janeiro deste ano, policiais federais cumpriram mandados de busca e apreensão na casa do ex-ministro, alvo da Operação Cui Bono, que investiga o suposto esquema de corrupção na Caixa no período entre 2011 e 2013 – período em que Geddel ocupou a vice-presidência de Pessoa Jurídica da instituição.

A Operação Cui Bono – expressão latina que em português significa “a quem beneficia?” – é um desdobramento da Operação Catilínias, deflagrada em dezembro de 2015, no âmbito da Operação Lava Jato, quando policiais federais encontraram um telefone celular na residência do então presidente da Câmara dos Deputados, o ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que revelou uma intensa troca de mensagens eletrônicas dele com Geddel.

Agora, os autores do pedido de prisão preventiva de Geddel dizem que o ex-ministro estaria tentando evitar que Cunha e o corretor



Lúcio Funaro firmem acordo de colaboração com o MPF, atuando para garantir vantagens indevidas aos dois e “monitorando” o comportamento do doleiro de forma a constrangê-lo a não fechar o acordo.

Geddel é o quinto investigado por suspeitas de fraudes em recursos administrados pela Caixa a ser preso preventivamente. Além de Eduardo Cunha e de Lúcio Funaro, também estão presos o também ex-presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, e o ex-agente do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), André Luiz de Souza. Embora fosse um dos alvos dos mandados de prisão contra os investigados por irregularidades na Caixa, Henrique Eduardo Alves acabou sendo preso, em junho, no âmbito da Operação Manus, que apura a suspeita de corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro na construção do estádio Arena das Dunas, em Natal (RN).

*Fonte: Agência Brasil*



## Saque de contas inativas do FGTS de nascidos em dezembro é antecipado para sábado

Mais de 2,5 milhões de trabalhadores nascidos em dezembro e que têm dinheiro em contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderão sacar os valores a partir do próximo sábado (8). Estarão disponíveis R\$ 3,5 bilhões neste último lote.

A Caixa antecipou o dia de início dos saques, que estava previsto para o dia 14 de julho. E, no próximo sábado, cerca de 2 mil agências da Caixa estarão abertas para atender os beneficiários. E, na segunda (10), as agências vão abrir duas horas mais cedo.

O prazo para receber o saldo, inclusive para os nascidos em outros meses, vai até 31 de julho.

*Fonte: Portal EBC*

## Comissão proíbe cláusula discriminatória para contratação de estagiário

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara Federal aprovou projeto de lei da deputada licenciada Tia Eron que proíbe os empregadores de exigir, nos contratos, contrapartidas de caráter discriminatório na contratação de estagiários.

O projeto (PL 5028/16) recebeu parecer favorável do deputado André Figueiredo (PDT-CE). O objetivo da proposta é evitar que o empregador exija do candidato contrapartidas como veículo próprio e computador, entre outras, como condição para ganhar o estágio.

**Tramitação** - O projeto será agora analisado em caráter conclusivo na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara*

### **AGENDA DO PRESIDENTE**

#### **FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO**

Participa, esta semana, 5 e 6 de julho, em Goiânia (GO), de reuniões com representantes da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário dos Estados de Goiás, Distrito Federal e Tocantins - FETICOM, presidida pelo companheiro Patrocínio Braz Concentino. Na pauta, assuntos de interesse da categoria.

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**